

REPÚBLICA DOS ARAPONGAS

Lula vê guerra de versões e adia decisão sobre cúpula da agência

Petista mantém confiança em Luiz Fernando Corrêa; aliados avaliam que exoneração de Moretti, o Q2, é questão de tempo

JENNIFER GULART E SÉRGIO ROZO
jg@o.globo.com
srozo@o.globo.com

A pesar do desgaste com as operações da Polícia Federal, a avaliação de auxiliares do Palácio do Planalto é que as investigações ainda não trouxeram elementos suficientes para quebrar a confiança que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem no diretor-geral da Agência Nacional de Inteligência (Abin), Luiz Fernando Corrêa. Integrantes do governo, porém, não descartam que o próprio Corrêa tome a iniciativa de pedir demissão diante da divulgação de uma suposta estrutura paralela no órgão.

Segundo aliados, Lula vê uma disputa entre duas instituições, a Abin e a Polícia Federal. O presidente não deve tomar uma decisão sobre o comandante da agência no calor dos acontecimentos, a não ser que surjam novos fatos, de acordo com auxiliares do Planalto. A situação mais delicada é de Alessandro Moretti, o número 2 da Abin. Na avaliação de aliados de Lula, a demissão dele é questão de tempo.

Corrêa é um homem de confiança de Lula e tem

uma relação histórica com o presidente. No primeiro governo do petista (2003-2006), o atual chefe da Abin, que é delegado da PF, implantou e comandou a Força Nacional de Segurança. No segundo mandato (2007-2010), foi diretor-geral da Polícia Federal.

EXPLICAÇÕES

Lula e Corrêa conversaram no fim da semana passada. O diretor-geral da Abin sustentou ao presidente que tem colaborado plenamente com as investigações da PF desde que assumiu o comando da agência e os casos de espionagem ilegal só vieram à tona por esse empenho.

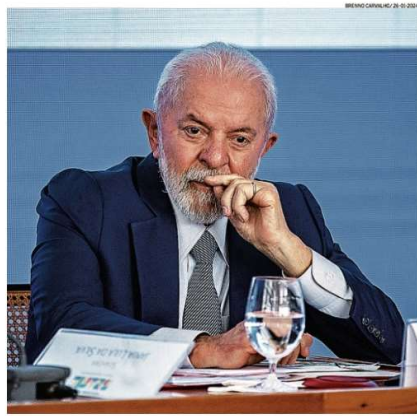
Mas apesar de verem que Corrêa mantém a sua credibilidade diante do presidente, ministros palacianos avaliam que a permanência de seu braço-direito Alessandro Moretti no cargo se tornou insustentável. Na semana passada, quando a operação foi realizada, Moretti estava de férias na Espanha e recebeu a orientação de retornar ao Brasil.

Moretti foi bancado no cargo por Corrêa. No ano passado, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) che-

gou a adiar a sabatina de Corrêa no Senado por esse motivo. Durante o governo de Jair Bolsonaro, o atual número 2 da Abin chefiou o setor de inteligência da Polícia Federal.

Ao escolher Corrêa para comandar a Abin no primeiro semestre do ano passado, Lula deu carta branca para ele reformular o órgão e solicitou que a mudança tornasse o fluxo de informações de inteligência mais ágil. A ideia era que a estrutura se reportasse diretamente ao gabinete presidencial, sem passar por filtro em ministérios.

Em nota divulgada na semana passada, a Abin disse que "é a maior interessada" na apuração dos fatos e que continuará a colaborar com as investigações. "Há 10 meses a atual gestão da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) vem colaborando com inquéritos da Polícia Federal e do Supremo Tribunal Federal sobre eventuais irregularidades cometidas no período de uso de ferramenta de geolocalização, de 2019 a 2021. A Abin é a maior interessada na apuração rigorosa dos fatos e continuará colaborando com as in-



Em avaliação: Lula conversou com Corrêa, que sustentou que tem colaborado plenamente com as investigações da PF

EMBATES ENTRE OS DOIS ÓRGÃOS

Histórico ruim

A relação entre o atual diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e o número 2 da Abin, Alessandro Moretti, é de desconfiança desde a campanha eleitoral. Moretti era diretor de Inteligência da PF quando Rodrigues comandava a equipe de segurança de Lula.

Queixa

Um dos momentos de tensão entre os dois foi durante os atos de vandalismo promovidos por bolsonaristas radicais, em Brasília, no dia da diplomação de Lula pelo TSE. Rodrigues reclamou de não ter recebido informações de inteligência produzidas pela Polícia Federal.

Retaliação

Ao fim do governo de Jair Bolsonaro, Alessandro Moretti havia sido indicado para assumir o cargo de adido da Polícia Federal na França. O ato de nomeação, no entanto, foi cancelado por Andrei Rodrigues assim que assumiu o comando da corporação.

investigações", disse o órgão.

As suspeitas de que integrantes da Abin atuaram para atrapalhar as investigações da Polícia Federal sobre um suposto esquema de monitoramento clau-

destino de autoridades no governo Bolsonaro padriam uma crise entre os dois institutos.

De acordo com a PF, Moretti comandou uma reunião com servidores em que

afirmou que a apuração policial tinha cunho político e que "iria passar". Nos bastidores, porém, membros da agência sustentam que a Polícia Federal está distorcendo fatos.

Exército recua de flexibilização para porte de fuzis

Em aceno a Lewandowski, Força suspendeu portaria que autorizava PMs a terem até cinco dessas armas em casa

BERNARDO LIMA
bernardo.lima@o.globo.com

Às vésperas de Ricardo Lewandowski assumir o Ministério da Justiça, o Exército decidiu suspender a portaria que dava aval para que policiais militares tivessem até cinco fuzis em casa. Um documento emitido pela Força na semana passada ampliava o número de armas de uso restrito que PMs e bombeiros podem ter em seu acervo pessoal.

A portaria foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) na terça-feira da semana passada. Ontem, o Centro de Comunicação Social do Exército informou a suspensão da medida "a fim de permitir tratativas junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública".

A norma entraria em vigor no dia 1º de fevereiro, data em que Lewandowski assumirá o comando do Ministério da Justiça. O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) já declarou que a segurança pública será prioridade "absoluta" na pasta.

A decisão do Exército é um aceno ao novo ministro da Justiça. Militares avaliam que ainda é necessário alinhar o tema

com Lewandowski, e que o recuo é o melhor caminho para lidar com a repercussão negativa gerada com a publicação da portaria.

A autorização emitida na semana passada versa sobre armas que podem ser adquiridas para acervos pessoais de policiais e bombeiros militares. Além disso, a nova regra também estendia a autorização para servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República.

Até então, os 406,3 mil PMs e 55 mil bombeiros militares na ativa podiam adquirir duas armas de uso restrito para ter em casa. As armas de uso restrito têm seu uso e porte autorizado apenas para as Forças Armadas, alguns órgãos de segurança e por pessoas habilitadas, como atletas de tiro.

Policiais militares podem ter até duas armas de uso restrito de calibres específicos em suas casas até 2018. Os fuzis, por exemplo, não estavam entre as armas autorizadas. Em 2019 foi autorizado a compra de até dois fuzis, desde que não efetuassem disparo automático.

Em janeiro de 2023, os integrantes das forças de



Pé no freio. Lewandowski tem pouca margem para mudar a portaria de fevereiro, mesmo que a norma entraria em vigor

segurança deixaram de ter um limite diferenciado para a compra destes equipamentos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto no primeiro dia de governo que suspendeu as regras que vigoravam durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Outro decreto publicado posteriormente definiu que as Forças Armadas e a Polícia Federal editariam as novas regras.

No STF, Lewandowski foi relator de um processo que definiu a constitucionalidade do Estatuto do Desarmamento, em 2007. Em setembro de 2022, ele acom-

panhou o ministro Edson Fachin, também do Supremo, em três ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que suspenderam os efeitos de trechos dos decretos do governo Bolsonaro.

Militares avaliam que ainda é necessário alinhar o tema com Lewandowski

tirar do papel um plano de recompra de armas de fogo que voltaram a ser de calibre restrito no governo Lula, entre elas fuzis e pistolas 9 mm.

No ano passado, o atual ministro da Justiça, Flávio Dino, que assumirá uma vaga no Supremo Tribunal Federal, afirmou que o programa dependia da adoção de recursos e poderia chegar a R\$ 100 milhões. A pasta também precisará concluir o processo de migração do sistema de controle de armas do Exército à Polícia Federal. Até lá, os caçadores, atiradores desportivos e colecionadores (CACs)

continuarão a ser fiscalizados pelos militares.

Antes mesmo de assumir, duas propostas para a área de segurança pública anunciadas nos últimos dias têm potencial de criar embargos para Lewandowski. A primeira veio de um futuro auxiliar na pasta, o procurador Mário Sarubbo, que assumirá a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), e tem por objetivo fortalecer o poder de investigação do Ministério Público nacionalmente. A segunda foi apresentada por Dino: trata-se de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para formar um Conselho e uma Corregedoria Nacional das Polícias. As duas iniciativas foram alvo de críticas de entidades de policiais e de integrantes da bancada da bala no Congresso antes mesmo de serem implementadas.

'CONTINUIDADE'

Após reunião de transição com Flávio Dino, Ricardo Lewandowski fez um aceno ao antecessor e afirmou que sua gestão será de "continuidade" e que terá como foco a área da segurança pública. A articulação junto ao Congresso para a criação do conselho e da corregedoria das polícias será uma das tarefas que Lewandowski deverá assumir como herança da antiga gestão. A proposta, contudo, deverá enfrentar resistência entre parlamentares.